

Relatório

FGV CeDHE | Set. 2021.

.....

BR-319: análise dos processos judiciais sobre a rodovia



Fonte: Shutterstock

Realização

Equipe FGV CeDHE envolvida

Fernanda Cyrineo Pereira

Giovana Agutoli Pereira

Lívia Cunha de Menezes

Rafaella Coutinho Monesi

Roberta Peixoto Ramos (coordenação)

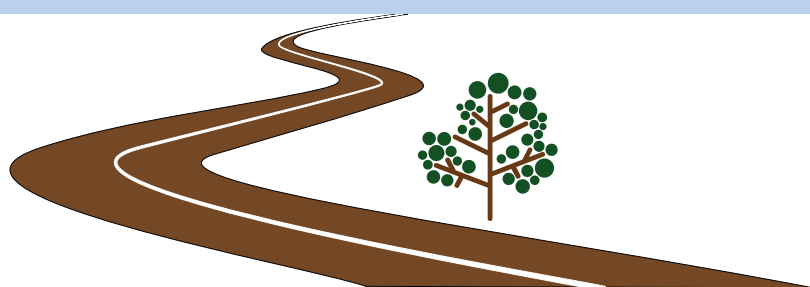
Tamara Brezighello Hojajj (coordenação)

Edição: Marcela Garcia Corrêa

Esta pesquisa é parte do projeto **"Promovendo transparência e governança territorial no contexto da instalação de rodovias na Amazônia brasileira – o caso da BR 319"** que é financiada pela Gordon and Betty Moore Foundation. A Gordon and Betty Moore Foundation apoia descobertas científicas pioneiras, conservação ambiental, melhorias nos cuidados aos pacientes médicos e preservação das características específicas da área da Baía de São Francisco, na Califórnia. Visite Moore.org e siga [@MooreFound](https://twitter.com/MooreFound)

Sobre o FGV CeDHE

O Centro de Direitos Humanos e Empresas (FGV CeDHE) é um centro de pesquisa aplicada da FGV Direito SP. A sua missão é realizar pesquisas sobre o impacto dos negócios nos direitos humanos e influenciar políticas públicas e práticas privadas.



Sobre o que é este Relatório?

.....

Este Relatório apresenta uma análise descritiva de **quatro processos judiciais** movidos pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a BR-319 e que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O objetivo é informar comunidades tradicionais, povos indígenas e diferentes atores dos setores público e privado sobre o conteúdo desses processos e sua relação com o processo de tomada de decisão da BR-319, em especial o desenvolvimento do seu “trecho do meio”, como será explicado adiante.

A análise não é exaustiva e consolida, de forma resumida, as principais informações contidas nos processos judiciais, bem como possíveis encaminhamentos.



Glossário

.....

1ª instância: é a porta de entrada de um processo no Poder Judiciário. Cada demanda será de competência de um determinado órgão do Judiciário conforme o tema ou o território em que ocorrerem os fatos ou conforme onde se encontram as partes. Na 1ª instância, as decisões são proferidas por um juiz de direito e são chamadas sentenças quando encerram o trâmite na instância.

2ª instância: após o julgamento de um processo em 1ª instância, as partes envolvidas podem apresentar recurso, que será apreciado na 2ª instância, ou seja, podem questionar ou contestar o conteúdo decidido pela 1ª instância. Trata-se de uma instância superior, composta por desembargadores/as ou ministros/as, a depender do Tribunal. Quando a demanda chega à 2ª instância, é designado um relator (um dos membros do órgão colegiado) para elaboração de um parecer, que poderá ser seguido ou não pelos demais membros do grupo. A decisão proferida pelo colegiado é chamada acórdão. ver: acórdão; órgão colegiado.

Ação Civil Pública (ACP): é um tipo especial de ação voltada à responsabilização de atores públicos e privados por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, por infração da ordem econômica e da economia popular, bem como à qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Pode ser proposta pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios, por autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista e por a associação que esteja constituída há pelo menos um ano e que inclua, entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (1).

Acórdão: é uma decisão judicial proferida por um órgão colegiado de um Tribunal. O acórdão pode ser fruto de um consenso desse colegiado ou da maioria dele. ver: órgão colegiado; 2ª instância.

Decisão interlocutória: são todas as decisões que não põem fim ao processo ou ao seu trâmite em uma instância, mas resolvem questões no seu curso, como produção de provas, por exemplo. ver: sentença; acórdão.

Estudos de Componente Indígena (ECI): É um estudo que faz parte do licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de impactos a terras indígenas. Ele é desenvolvido com a participação dos indígenas e avalia possíveis impactos ambientais e socioculturais decorrentes do empreendimento e propõe medidas mitigadoras e compensatórias.

Glossário

.....

Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA): o EIA é instrumento para a identificação e avaliação de impactos decorrentes da implantação de atividades modificadoras do meio ambiente, como por exemplo os projetos de infraestrutura, com a finalidade de atestar ou não sua viabilidade socioambiental. De acordo com a Resolução n. 01/86 do CONAMA, deve ser realizado pelo IBAMA em caso de atividades de competência federal e deverá ser submetido a audiências públicas. O RIMA consolida os principais resultados do EIA.

Embargo administrativo da obra: é uma sanção administrativa capaz de paralisar as obras de um projeto de infraestrutura, aplicada em caso de descumprimento da legislação.

Embargos de Declaração: é uma espécie de recurso judicial com a finalidade específica de esclarecer contradição ou omissão no texto de uma sentença ou um acórdão. ver: acórdão; sentença.

Inquérito civil: é uma investigação administrativa a cargo do Ministério Público, destinada a colher provas para eventual propositura de uma ACP ou outras possíveis providências. ver: ACP.

Licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. São tipos de licença: **I - Licença Prévia (LP)** - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; **II - Licença de Instalação (LI)** - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; **III - Licença de Operação (LO)** - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Glossário

.....

Licença Ambiental Única (LAU): foi instituída pela Lei estadual n. 3.785/12, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no estado do Amazonas. A LAU autoriza a localização, instalação e operação de atividades e empreendimentos relacionados na lei, entre os quais está infraestrutura, e todas as atividades de pequeno porte com baixo potencial degradador, devendo atender às medidas de controle ambiental e demais condicionantes socioambientais determinadas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Licenciamento ambiental (2): procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Licitação: conforme a Lei n. 14.133/2021, é o processo administrativo competitivo por meio do qual a administração pública contrata obras ou serviços e adquire bens, assegurando o tratamento isonômico entre os licitantes. Objetiva a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, evitando o superfaturamento na execução contratual; assim como o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

Liminar: uma decisão de caráter urgente que visa assegurar um determinado direito que pode ser prejudicado pelo decurso de tempo. As liminares são sempre decisões temporárias, ou seja, podem ser revistas pela sentença ou acórdão que será proferido no decurso do processo. ver: acórdão; sentença.

Órgão colegiado do Poder Judiciário: trata-se do pleno de um tribunal, ou seja, o coletivo de desembargadores/as (ou ministros/as a depender do Tribunal) que julgam em conjunto determinada demanda. O colegiado pode decidir uma questão por maioria de seus membros ou por consenso. ver: 2ª instância; acórdão.

Glossário

.....

Regime Diferenciado de Contratação (RDC): é uma modalidade instituída pela Lei nº 12.462/2011, originalmente concebida para auxiliar as contratações públicas necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O RDC foi ampliado posteriormente incluindo obras de infraestrutura logística e sua maior mudança é o chamado regime de contratação integrada, em que as obras são licitadas apenas com o anteprojeto, cabendo ao contratado a elaboração dos demais projetos (básico e executivo) e a execução da obra. ver: licitação.

Sentença: é uma decisão judicial pela qual o juiz encerra o processo em 1ª instância, e a partir daí podem ser interpostos recursos pelas partes que não concordam com o entendimento proferido. ver: 1ª instância; 2ª instância.

Suspensão de segurança ou suspensão de liminar: é um mecanismo processual que pode ser utilizado pelo poder público para requerer à presidência de um Tribunal a suspensão dos efeitos de uma decisão liminar que apresente, a seu ver, ameaça de lesão à ordem administrativa, econômica e à segurança e saúde públicas. Caso o pedido de suspensão seja acolhido, a liminar perde seus efeitos e a questão deverá ser resolvida ao final do processo, por meio de sentença ou acórdão. ver: acórdão; liminar; sentença.

Termo de Acordo e Compromisso (TAC): é um documento extrajudicial que tem função preventiva e/ou reparatória de lesões aos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Através do TAC, as partes envolvidas assumem perante um órgão público o compromisso de ajustar-se às exigências estabelecidas em lei para prevenir ou reparar dano causado por sua ação ou omissão.

Trânsito em julgado: refere-se ao momento em que uma decisão judicial - sentença ou acórdão torna-se definitiva, não cabendo mais recurso. ver: acórdão; sentença.

Unidades de Conservação (UCs): são áreas protegidas instituídas pelo poder público com base na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o objetivo de garantir proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais. As UCs têm gestão própria e podem ser de proteção integral ou de uso sustentável, de acordo com seus objetivos mais específicos.

Atores envolvidos



O Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) é um programa do Governo Federal que prioriza investimento em obras consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico nacional e facilita ou acelera sua execução, inclusive seu licenciamento ambiental.



O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) é um órgão público federal, vinculado ao Ministério da Infraestrutura, cuja responsabilidade é implantar e gerir as rodovias, vias navegáveis e ferrovias federais.



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é um órgão público federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). São suas atribuições incluir criar normas e determinar padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e realizar a fiscalização de atividades ou empreendimentos que possam gerar impactos socioambientais adversos.



O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é um órgão público federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que integra, junto do IBAMA, o SISNAMA. Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

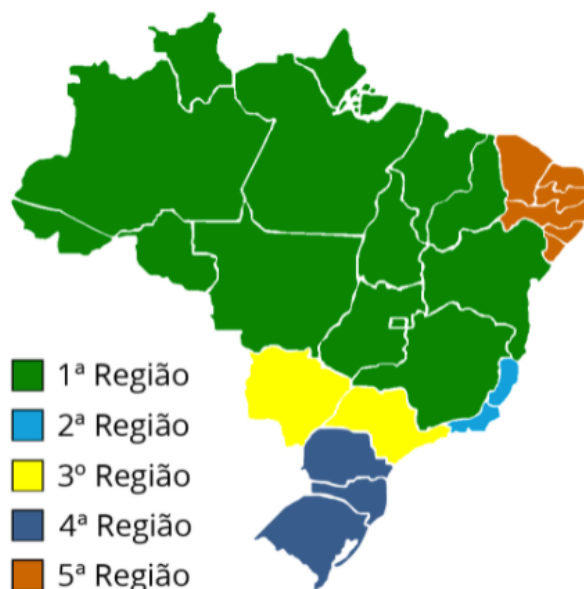


O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) é um órgão público estadual, responsável pelo controle ambiental no estado do Amazonas, por meio das ações de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental das atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras e degradadoras do meio ambiente. Também são de sua atribuição as ações referentes à educação ambiental.

Atores envolvidos

Justiça Federal

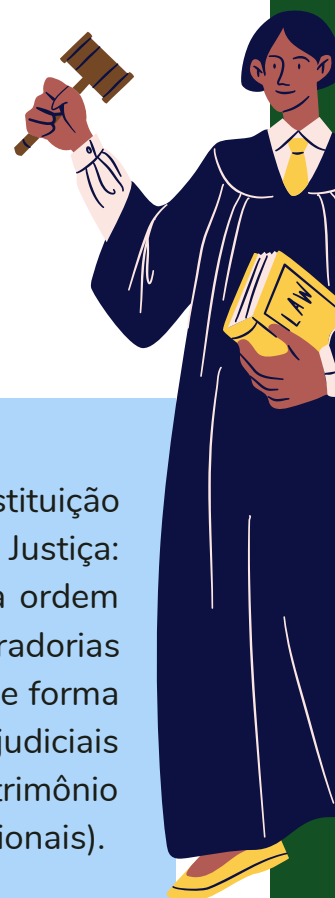
É competente para processar e julgar as causas em que a União, suas entidades e empresas públicas federais figurem como interessadas, além de outras questões previstas na Constituição Federal, como é o caso das causas relativas aos direitos humanos e aos direitos de povos indígenas. Sua organização abrange todo território nacional e se divide em Tribunais por região, conforme a figura ao lado. No caso dos processos judiciais envolvendo a BR-319, seu trâmite ocorre no Tribunal Regional Federal 1ª Região (TRF-1). O TRF-1, por sua vez, é organizado em seções judiciárias nos estados, como a seção judiciária do Amazonas.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Ministério Público Federal (MPF)

Faz parte do Ministério Público da União. De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe ao Ministério Público, como função essencial à Justiça: a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático. O MPF se divide em Procuradorias Gerais da República, que seguem a organização da Justiça Federal. De forma transversal, o MPF atua em 7 Câmaras temáticas (3). Nos processos judiciais envolvendo a BR-319, atuam a 4ª Câmara (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) e a 6ª Câmara (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais).



O Processo de Tomada de Decisão (PTD) de rodovias

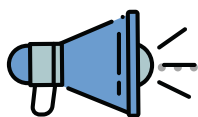
O planejamento, a instalação e a execução de projetos de infraestrutura envolve uma série de atores numa complexa sequência de atos e momentos decisórios, públicos ou privados. Essa sequência compõe o PTD.

No momento de planejamento, é feito o desenho da modelagem econômico-financeira e jurídica do projeto de infraestrutura. Além disso, também são realizados diferentes estudos técnicos para avaliar a viabilidade do empreendimento, inclusive no aspecto socioambiental. Por isso, é nesse momento que tem início o **licenciamento ambiental**, com a elaboração do **EIA/RIMA** a partir de termo de referência emitido pelo órgão ambiental competente à Administração Pública.

No caso de rodovias federais, como a BR-319, o licenciamento ambiental é obrigatório (4) para a implantação, pavimentação e ampliação de capacidade com extensão igual ou superior a 200km, atividades de manutenção, conservação, recuperação, restauração e melhoramento; assim como para a regularização ambiental de rodovias pavimentadas.

O PTD de qualquer projeto de infraestrutura é complexo e não ocorre de forma linear. Esse é o caso da BR-319, cujo PTD teve início há cerca de 50 anos, envolve diversos atores e ainda não foi concluído.

Os processos judiciais apresentados neste Relatório foram propostos e dizem respeito a momentos específicos do PTD da BR-319 e podem afetar (ou afetaram) o seu desenvolvimento.



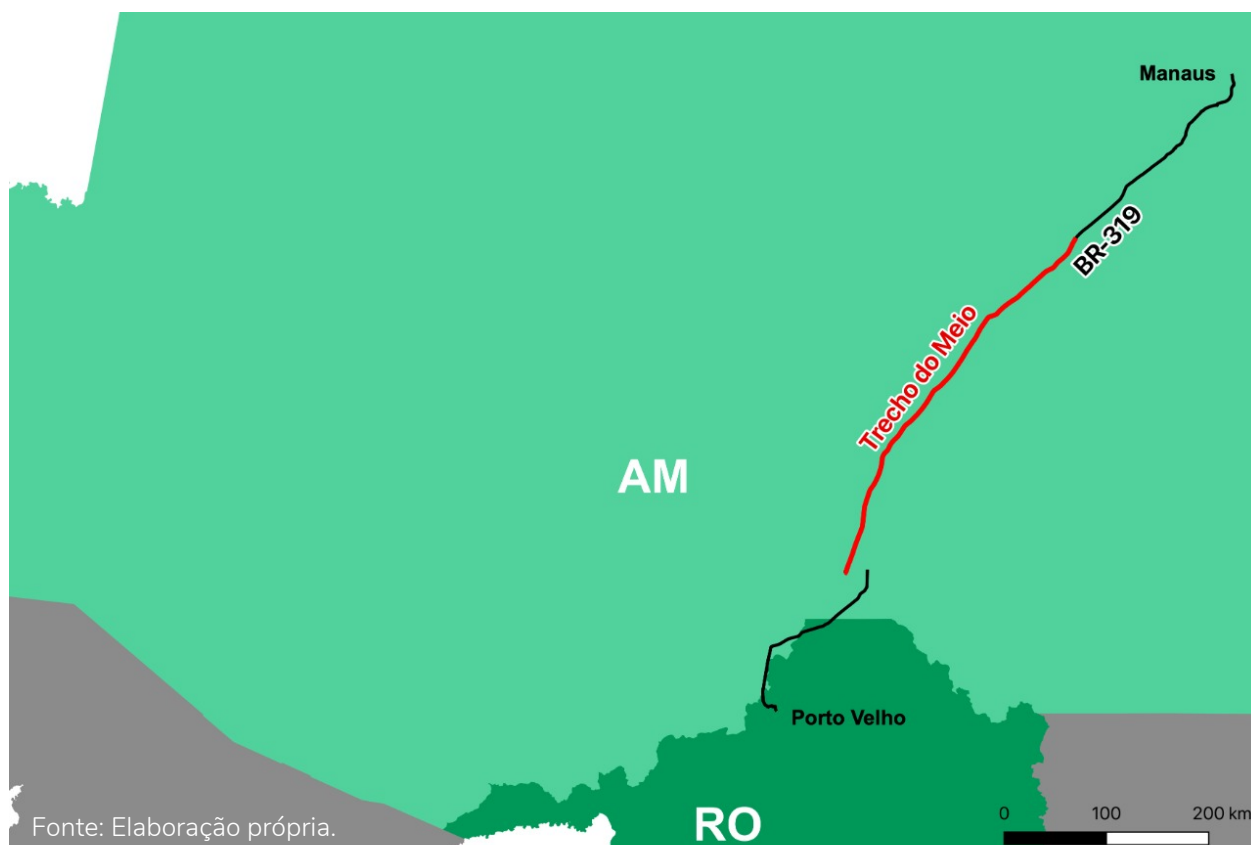
Atualmente existem alguns Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que podem alterar o procedimento do licenciamento ambiental. Para mais informações ver: Palinha #5 - a série de infográficos do FGV CeDHE: Projetos de Lei (PLs) e impactos socioambientais na BR-319. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30538>>

O que é a BR-319?

.....

Inaugurada em 1976, é uma rodovia federal localizada no centro da Amazônia, que liga as cidades de Manaus (AM) e Porto Velho (RO), com extensão total de 877,4 km. Mesmo tendo sido pavimentada, devido às condições climáticas da região e a falta de manutenção asfáltica, o trecho entre os km 250 e 655,7 da rodovia tornou-se intrafegável ao longo dos anos.

Em 2007, DNIT e IBAMA assinaram um **TAC** sobre as obras na BR-319, dividindo a rodovia em 4 trechos, sendo um deles o chamado “trecho do meio” (km 250 ao 655,7). O TAC condicionou qualquer intervenção nesse trecho à realização do licenciamento ambiental federal. Em 2019, a repavimentação da BR-319 foi qualificada como projeto prioritário nacional no âmbito do PPI.



Processos judiciais sobre a BR-319

.....

1

Processo nº 2005.32.00.004906-7

Partes: MPF em face de DNIT, ATP Engenharia Ltda., Contécnica Consultoria Técnica Ltda., Laghi Engenharia Ltda. e Maia Melo Engenharia Ltda.

Quando a ACP foi ajuizada? junho de 2005, antes do início do licenciamento ambiental federal do trecho do meio da BR-319 (processo administrativo nº 2001.006860/2005- 95, de novembro de 2005 no IBAMA)

Objetivo da ACP: suspender o início das obras previstas no edital nº 299/2004 do DNIT, publicado para, a partir de licença ambiental emitida pelo IPAAM, executar obras de pavimentação e restauração no trecho do meio da BR-319; assim como anular a contratação das empresas vencedoras da licitação respectiva.

O que aconteceu no processo?

Nesse processo judicial, duas decisões liminares importantes foram proferidas. A primeira em julho de 2005, que determinou a suspensão das obras até que fosse realizado o devido licenciamento ambiental e firmado um TAC para regularizar a situação. Diante dessa decisão, o DNIT apresentou um pedido de suspensão de segurança, que foi concedido pelo presidente do TRF-1 em setembro, de modo a suspender os efeitos da liminar. A segunda liminar, proferida em outubro do mesmo ano, determinou a suspensão imediata dos efeitos dos contratos e a paralisação das obras. Da mesma forma que a primeira, essa liminar teve seus efeitos suspensos através de um pedido de suspensão de segurança formulado pelo DNIT e acolhido pelo presidente do TRF-1. As liminares tratavam especificamente sobre os trechos do km 177,8 a 250 e do km 250 a 655,7, chamados a partir de 2007, em razão de TAC celebrado entre DNIT e IBAMA, respectivamente de segmento C e trecho do meio.

Processos judiciais sobre a BR-319

.....

1 Processo nº 2005.32.00.004906-7

Ao longo dos anos seguintes ocorreram uma série de atos processuais, dentre muitos recursos apresentados pelas partes, até que em junho de 2019 foi proferida uma sentença que definiu que o EIA/RIMA é condição para a recuperação do segmento C da rodovia, exceção feita àquelas já iniciadas à época do TAC. Essa sentença transitou em julgado, sendo definitiva. Em 2020 o DNIT publicou um edital, o RDC Eletrônico nº 216/2020, que tem como objeto a elaboração dos projetos de engenharia e a execução de obras de recuperação do segmento C. O MPF impugnou esse edital, alegando descumprimento da decisão que transitou em julgado em 2019, entendendo que as obras previstas no edital extrapolavam aquelas já iniciadas na época do TAC e que, portanto, exigiriam licenciamento ambiental prévio. Esse pedido foi negado, o MPF recorreu e obteve em 2ª instância a suspensão do edital. Porém, em abril de 2021, o DNIT apresentou um novo pedido de suspensão de segurança, que foi acolhido pela presidência do TRF-1, autorizando o DNIT a continuar com a licitação. Paralelamente, a suspensão do edital foi reconsiderada pelo juiz que havia proferido a decisão em favor do MPF. Com isso, o pregão realizado em setembro de 2020 e os contratos assinados com as empresas vencedoras - Consórcio SSM-HOUER e PROSUL Projetos Supervisão e Planejamento LTDA - estão vigentes e as obras devem ser iniciadas. O MPF ajuizou em outubro de 2020 uma Reclamação com pedido liminar, questionando o descumprimento da sentença transitada em julgado, que aguarda julgamento.

O que está valendo hoje?

As empresas Consórcio SSM-HOUER e PROSUL Projetos Supervisão e Planejamento LTDA foram contratadas pelo DNIT para realizar as obras no segmento C, que podem ter início em breve. Já as contratações para o trecho do meio seguem paralisadas até que tenha andamento o licenciamento ambiental respectivo perante o IBAMA.

O que mais pode acontecer nesse processo / possíveis cenários?

A reclamação apresentada pelo MPF ainda aguarda julgamento. Se for acolhida, as obras no segmento C deverão ter licenciamento ambiental prévio. Se não, as obras contratadas podem começar.

Os processos judiciais

.....

2 Processo nº 0014031-38.2015.4.01.3200

Partes: MPF em face de DNIT, IPAAM, Tescon Engenharia Ltda, CMM – Construtora Meirelles Mascarenhas Ltda, Ipê Construtora e Construtora Zequimlima Ltda ME.

Quando a ACP foi ajuizada? Em outubro de 2015, durante o início do licenciamento ambiental federal do trecho do meio da BR-319.

Objetivo da ACP: paralisar as obras no trecho do meio da BR-319, suspender as licenças ambientais emitidas pelo IPAAM (LAU nº 422/2014 e LAU nº 394/2014) e determinar que o IPAAM se abstenha de emitir qualquer licença para a BR-319, sob pena de multa.

O que aconteceu no processo?

Em 2014, a pedido do DNIT, o IPAAM emitiu as LAU nº 394/14 e nº 422/14, que permitiam a realização de atividades de manutenção no trecho do meio da BR-319. O DNIT publicou, então, o edital nº 131/2014-00 para a contratação de empresa para elaborar os projetos e executar serviços de manutenção no trecho do meio da rodovia. Em agosto de 2015, o IBAMA fez uma vistoria que atestou graves irregularidades ambientais e trabalhistas na realização dessas obras.



Os processos judiciais

.....

2 Processo nº 0014031-38.2015.4.01.3200

Com isso, o MPF ajuizou esse processo judicial e em outubro de 2015 foi concedida uma decisão liminar que suspendeu qualquer intervenção no trecho do meio da BR-319 e suspendeu os efeitos das licenças emitidas pelo IPAAM. Em novembro do mesmo ano, o Presidente do TRF 1ª Região suspendeu essa liminar, acolhendo o pedido de suspensão de segurança apresentado pelo DNIT sob argumentos de grave lesão à ordem pública, econômica e administrativa e risco de dano ao meio ambiente pela paralisação de obras que já estavam em andamento.

O que está valendo hoje?

O processo aguarda proferimento de sentença. Embora a liminar que paralisou as obras tenha sido suspensa, as mesmas não foram retomadas e o licenciamento ambiental do trecho do meio está ocorrendo perante o IBAMA.

O que mais pode acontecer nesse processo / possíveis cenários?

O processo encontra-se em 1ª instância aguardando sentença. Caso a decisão seja favorável ao pedido do MPF, além da obrigatoriedade do licenciamento ambiental perante o IBAMA para as obras no trecho do meio, a sentença poderá impor multa aos réus devido aos danos ambientais e trabalhistas causados pelas obras de manutenção.



Os processos judiciais

.....

3 Processo nº 0017679-26.2015.4.01.3200

Partes: MPF em face de DNIT e IBAMA.

Quando a ACP foi ajuizada? Em dezembro de 2015, durante o início do licenciamento ambiental federal do trecho do meio da BR-319.

Objetivo da ACP: anular o termo aditivo ao TAC celebrado entre DNIT e IBAMA sobre a BR-319 e determinar a obrigação do IBAMA de não delegar e não fracionar o licenciamento ambiental da rodovia.

O que aconteceu no processo?

O TAC, assinado por IBAMA e DNIT em 2007, fixou a competência do IBAMA para o licenciamento ambiental da BR-319. Em novembro de 2015, os dois órgãos assinaram um Termo Aditivo, que modificou substancialmente o TAC, pois deslocou a competência para realização do licenciamento ambiental do IBAMA para o IPAAM e ainda possibilitou o fracionamento do licenciamento ambiental. Em reação, o MPF moveu esse processo judicial em face dos dois órgãos.

Em maio de 2017, foi proferida uma decisão liminar que determinou a anulação do Termo Aditivo ao TAC e de todos os seus efeitos. Com isso, a competência para o licenciamento ambiental foi fixada no IBAMA, impedindo o órgão de delegar e/ou fracionar o licenciamento ambiental da rodovia. Diante dessa decisão, o DNIT apresentou um pedido de suspensão de segurança que foi acolhido em junho de 2017 pelo presidente do TRF-1, sob argumentos de grave lesão à ordem econômica. Assim, a liminar foi cassada e o Termo Aditivo ao TAC voltou a ter vigência novamente.

Os processos judiciais

.....

3 Processo nº 0017679-26.2015.4.01.3200

O que está valendo hoje?

O Termo Aditivo ao TAC está válido, porém o licenciamento ambiental do trecho do meio da BR-319 segue sob competência do IBAMA e não do IPAAM, diferentemente do previsto pelo Termo Aditivo.

O que mais pode acontecer nesse processo / possíveis cenários?

O processo encontra-se em segunda instância, aguardando proferimento de decisão colegiada. Caso seja confirmada a decisão da 1ª instância, o Termo Aditivo será definitivamente anulado.



Os processos judiciais

.....

4 Processo nº 0017357-69.2016.4.01.3200

Partes: MPF em face de ICMBio e União Federal

Quando a ACP foi ajuizada? Em novembro de 2016, durante o início do licenciamento ambiental federal do trecho do meio da BR-319.

Objetivo da ACP: obrigar o ICMBio a implementar as 11 UCs federais criadas ao longo do traçado da BR-319.

O que aconteceu no processo?

Diante da iminência da repavimentação do trecho do meio da BR-319, o MPF ajuizou esta ACP para cobrar providências do ICMBio a respeito da implementação de 11 UCs federais ao longo do traçado da BR-319, como forma de garantir a proteção ambiental no entorno da rodovia. Essa ação teve somente uma decisão interlocutória que rejeitou o pedido liminar do MPF, mas não julgou o tema.

O que está valendo hoje?

Nenhuma obrigação foi judicialmente atribuída ao ICMBio até o momento e o processo aguarda proferimento de sentença.

O que mais pode acontecer nesse processo / possíveis cenários?

Caso a sentença seja favorável ao pedido do MPF, o ICMBio pode ser obrigado a tomar providências para a implementação de 11 UCs federais no entorno da BR-319.

- **O tempo de tramitação dos processos judiciais sobre a BR-319 é longo.** Dentre os 4 processos apresentados, apenas uma decisão transitou em julgado no processo 1, depois de quase 15 anos de andamento.
- Devido aos processos judiciais, **não foram realizadas novas intervenções no trecho do meio da BR-319.** O DNIT tentou contratar a execução de obras de manutenção, pavimentação e restauração no trecho do meio da BR-319, mas conforme os processos 1 e 2, decisões liminares paralisaram essas obras. As decisões foram, posteriormente, suspensas por meio de suspensões de segurança proferidas pelo Presidente do TRF-1. Porém, até hoje não foram realizadas novas intervenções no trecho do meio da BR-319.
- **O IBAMA é o órgão competente para realizar o licenciamento ambiental do trecho do meio da BR-319,** conforme legislação nacional aplicável ao projeto de infraestrutura. Porém, diversas foram as tentativas de flexibilizar ou contornar essa atribuição e, assim, realizar as obras do trecho do meio sem o devido licenciamento ambiental federal. O processo 3 assegurou a competência do IBAMA para o licenciamento ambiental do trecho do meio da BR-319, mas o processo ainda está tramitando, de modo que nova decisão judicial pode ser proferida em sentido contrário.

Notas

(1) Artigo 5º da Lei 7.347/85.

(2) Para saber mais, acesse nossa Palinha #2 - a série de infográficos do FGV CeDHE: o licenciamento ambiental e o caso da BR-319. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30307>>

(3) Para saber mais sobre a atuação temática do MPF, acesse: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica>>.

(4) Lei nº 6.938/1981.

(5) Lei nº 14.133/2021, em vigor desde abril de 2021, tendo revogado a antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993).